

Resolução da Coordenação Nacional da Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores

A partir da vitória histórica, nossas tarefas centrais

Mas renova-se a esperança

Nova aurora a cada dia

E há que se cuidar do broto

Pra que a vida nos dê flor

Flor e fruto

[Coração de Estudante - Milton Nascimento e Wagner Tiso]

Após nove anos de resistência — iniciada com a ofensiva neoliberal contra o segundo governo Dilma, prosseguida com o governo Temer e aprofundada com o governo Bolsonaro — a vitória democrática e popular com a eleição de Lula inaugura um novo período da luta de classes no Brasil. Repõe em novas condições e com novos (e velhos) desafios a possibilidade da luta pela transformação democrática e socialista no Brasil com amplo impacto internacional.

De imediato permite retomar as políticas públicas para a eliminação da extrema pobreza, a recuperação dos salários, a saúde pública, a educação e um processo de desenvolvimento com distribuição de renda e democracia. A intensa participação popular nas eleições, que foi fundamental para a vitória de Lula, pode se desenvolver em dinâmicas novas de mobilização e organização por conquistas de direitos e em defesa da democracia permanentemente ameaçada.

Esta vitória política tem uma profunda repercussão na conjuntura política da América Latina. Reforça processos políticos progressistas em curso, contribui para criar melhores condições de enfrentamento ao neoliberalismo e às políticas de isolamento da Venezuela e de Cuba.

Ela tem um impacto importante na conjuntura mundial, na medida em que impõe uma derrota chave às forças políticas do fascismo que hoje se organizam internacionalmente. O Brasil era o principal Estado governado pela extrema-direita fascista.

Pela sua importância histórica, nacional, latino-americana e internacional, nossa vitória democrática e popular reivindica a atualização da estratégia e do programa do PT e das esquerdas brasileiras para responder aos desafios deste novo período.

*

Deve-se fundamentalmente às forças políticas democráticas e populares a vitória de Lula contra Bolsonaro nas eleições de 2022. Em seu núcleo estão o PT e a Federação Brasil Esperança (com PCdoB e PV), a Federação Psol-Rede, o MST com expressivo papel na coordenação da campanha, o MTST tendo como destaque a enorme votação de Boulos em São Paulo e a sua projeção para a disputa da prefeitura da maior cidade brasileira em 2024. A CUT, centrais e sindicatos, tiveram um papel importante, mas bastante aquém das grandes mobilizações democráticas que já protagonizaram. Além desses, deve-se destacar o PSB, e as importantes participações de Simone Tebet e de Marina Silva.

A dinâmica da áspera e dramática disputa eleitoral de 2022 foi uma expressão clara da luta de classes, com os eleitores de Lula sendo basicamente os trabalhadores mais pauperizados, as mulheres, a juventude, o povo negro, os povos originários, os movimentos LGBTQI+, os artistas e trabalhadores da cultura. Esta base social classista, antipatriarcal e antirracista expressou-se geograficamente através da esmagadora maioria de votos nordestinos e de uma importante recuperação de votos no Sudeste e no Sul em relação às eleições de 2018. Deve-se registrar que em São Paulo, a candidatura de Fernando Haddad obteve no segundo turno a mais expressiva votação obtida pelo partido em toda a sua história, inclusive alcançando maioria na Grande São Paulo.

De outro lado, a vitória por uma pequena margem de votos (cerca de 2 milhões de votos) evidencia a penetração social da extrema direita fascista, fenômeno que precisa ser melhor investigado e compreendido. Dirigindo o governo, combinou o uso de recursos públicos em larguíssima escala (especialmente na elevação do montante e ampliação do alcance do auxílio Brasil) com a manipulação de crenças religiosas, as vastas campanhas de fake news, a violência armada e a intimidação patronal. Setores importantes das classes dominantes, como o agronegócio, tiveram papel protagonista na campanha bolsonarista. Do mesmo modo, o lucrativo negócio religioso engajou-se e atuou fortemente nas periferias.

Dissidências públicas de setores neoliberais ligados ao capital financeiro não chegaram a se manifestar em um apoio consistente à candidatura Lula, em uma tentativa de condicionar o apoio à obtenção de compromissos com o programa neoliberal. Inversamente proporcional à ausência de votos, sua ação política, no entanto, tem sido ousada em pressionar o programa vencedor para não se afastar dos marcos neoliberais e em buscar interlocutores internos dispostos a colaborar com suas pretensões.

O governo dos EUA se opôs à estratégia bolsonarista de deslegitimar as eleições, tendo, no entanto, recebido Bolsonaro na Casa Branca no primeiro semestre de 2022.

A candidatura Bolsonaro continuou representando no segundo turno o principal das forças políticas constituídas das classes dominantes, seu poder econômico e influência social.

*

Chama a atenção as espetaculares vitórias no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte em primeiro turno e a heróica campanha que garantiu a continuidade do governo na Bahia.

Com exceção do Nordeste, a maioria de votos obtida pela chapa Lula não se refletiu em conquista de governos estaduais de sentido democrático popular.

Apesar de um aumento expressivo das bancadas de esquerda e progressistas no Congresso Nacional, a maioria da Câmara Federal e do Senado será formada por parlamentares conservadores e fisiológicos. Vinculada ao bolsonarismo haverá uma importante bancada na Câmara e no Senado.

A defasagem entre a vitória nas eleições presidenciais e o grau de avanço na conquista de governos estaduais e de cadeiras no Congresso Nacional reflete o caráter antidemocrático do regime político eleitoral brasileiro e a atualidade de uma ampla reforma política. Ao mesmo tempo, o caráter conservador e neoliberal do Congresso coloca a democracia participativa — que voltou a compor com destaque nosso programa — no centro da agenda de uma nova governabilidade.

*

Destacamos quatro tarefas no período que se abre:

1^ª) a primeira tarefa é enfrentar a presença ameaçadora do movimento pró-fascista, que deve ser combatido frontalmente com todos os instrumentos institucionais e com uma ampla mobilização da sociedade civil democrática.

É preciso ter claro que o melhor é mais consequente combate ao fascismo é o protagonismo das massas populares em defesa da democracia. E esse protagonismo exige a combinação da luta democrática com a superação da economia dirigida para o lucro e para os privilégios das classes dominantes: é assim que a democracia ganha sentido popular e assim será defendida pelo povo organizado.

Na atual conjuntura política e econômica é imprescindível para assegurar a governabilidade, dentro de um projeto de esquerda democrático e popular, a radicalização da democracia, a partir das relações do estado com a sociedade, com a implementação de práticas de democracia participativa na gestão pública federal.

Neste sentido, temos necessidade de uma nova governabilidade que vá além do parlamento, sem excluí-lo, com uma aliança direta com a população. Para isso, é preciso implantar mecanismos de democracia participativa: Orçamento Participativo nacional,

conferências nacionais setoriais e temáticas com caráter deliberativo e qualificação da relação com os movimentos sociais.

O Orçamento Participativo Nacional, sem dúvida nenhuma, é um processo dos mais politizadores para a formação de uma consciência social na defesa da soberania nacional e para construção de um novo modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social sustentável para o nosso País.

O mote central é a frase de Lula "substituir o Orçamento Secreto pelo Orçamento Participativo". Essa é uma bandeira central para mobilizar e organizar o povo. É plenamente possível começar já com a organização e o chamamento das Conferências Nacionais setoriais, engajando toda a Frente.

Não há como enfrentar a dimensão alcançada pelo bolsonarismo sem criar, recuperar e ampliar meios de comunicação massiva (TV, rádio e redes) permanente, diária, para uma nova política de comunicação/informação/educação para a cidadania, para o povo apropriar-se dos elementos básicos do Orçamento, do financiamento do Estado, da Federação republicana. Entre os desafios na comunicação, ressalta-se a importância de desmontar a rede da extrema direita e construir diálogo com a sociedade e com setores dominados pelas igrejas fundamentalistas.

2ª) a segunda tarefa é a superação do neoliberalismo! Nossas diretrizes programáticas apontam para superar os marcos neoliberais em um mundo em crise, especialmente da anterior globalização neoliberal. Sem esse rumo programático não será possível um governo com desenvolvimento, distribuição de renda, legitimidade popular e o combate eficaz à extrema direita fascista.

A mobilização popular na campanha, a presença do PT e da esquerda afirmando o programa democrático e antineoliberal e as nítidas posições de Lula em favor das aspirações populares e democráticas apontam um curso fundamentalmente favorável apesar das alianças neoliberais.

Nossa perspectiva antineoliberal também é reforçada pela experiência dos governos petistas até 2014 que promoveram crescimento econômico e reduziram a dívida em relação ao PIB. Esse indicador, no entanto, mais que dobrou desde então, como resultado de uma recessão e uma política de juros altos. A fórmula neoliberal demonstrou-se um fracasso. Reduzir a dívida, exige crescimento. E, na economia brasileira tem relação direta com o investimento público que depende também do fim do teto de gastos.

Essa diretriz precisa ser afirmada coerentemente na formação do governo. A derrubada do mito neoliberal do teto de gastos — compromisso assumido na campanha — deve ser sustentada como condição vital para governar democraticamente.

A própria institucionalidade neoliberal — expressa na independência do Banco Central e que manifesta sua força e capacidade de articulação com o capital financeiro — precisa ser superada por uma nova institucionalidade democrática e favorável ao desenvolvimento com distribuição de renda e soberania nacional.

Esse conflito agora se desenvolve de modo muito mais duro do que durante a campanha. Seu desfecho impactará o caráter do governo que nasce, sua composição, sua capacidade de manter a legitimidade popular e a necessária mobilização para enfrentar a extrema-direita. Por isso, essa é uma luta central, imediata e permanente, para um governo democrático e popular.

3ª) a terceira tarefa é disputar a sociedade para novos valores e para a defesa permanente da democracia. Para isso é preciso construir a organicidade da unidade política da esquerda, que deve ser estendida e tornada permanente através de processos de coordenação, debates e atuação comum. Ao mesmo tempo, renovou-se a importância dos movimentos políticos de massa, o desafio da superação dos entraves políticos-organizativos da CUT e dos sindicatos classistas; da UNE e das organizações da juventude; em certo sentido, todos os movimentos estarão desafiados a renovarem-se criativamente para protagonizar politicamente. A organização dos Comitês Populares de Luta deve ser mantida como instrumento de luta política e cultural na sociedade. No mesmo sentido permanece como tarefa imprescindível fortalecer o protagonismo das mulheres, da população negra e LGBTQI+, através de sua organização coletiva, e a retomada de seus direitos fundamentais.

4ª) a quarta tarefa ilumina todo o novo período: abrir um amplo esforço de elaboração e organização no PT para atualizar o debate sobre o seu próprio papel face à enorme, renovada e complexa chance histórica de transformação do Brasil que combine democracia e socialismo. Nesse contexto, cabe especial destaque a defesa da democracia interna do partido.

*

A participação do PT e da DS na construção do novo governo deve se dar de modo a reforçar a defesa do programa construído no processo de disputa nacional desde o 6º Congresso do PT (2017) às Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil (2022).

O reforço da participação governamental das forças políticas-sociais baseadas na classe trabalhadora e nas lutas pela igualdade deve igualmente ser um objetivo do PT ao qual a DS dará peso.

Nossa participação visa alcançar um processo de democracia participativa capaz de enfrentar os diversos mecanismos de apropriação privada de recursos públicos (como o

escandaloso orçamento secreto) e a reedição do cerco institucional conservador-neoliberal a um governo democrático-popular.

*

Elementos da construção da DS que destacamos como passos imediatos:

Devemos integrar organicamente (na construção da tendência e especialmente na direção nacional) os expressivos resultados eleitorais que conquistamos (mesmo nos casos de não eleição).

Nossa vitória dentro da vitória tem dimensão estratégica e implica desde já a participação na direção nacional das e dos camaradas que tiveram papel fundamental nesse processo.

Essa nova direção sintetizando suas conquistas do período deverá organizar nossa corrente para contribuir para responder aos novos desafios estratégicos.

Devemos realizar no 1º semestre de 2023 a 4ª Plenária Nacional para consolidar coletivamente nossa visão das tarefas no novo período. Ela será precedida de seminários temáticos.

Cabe também organizar o processo formativo nacional da tendência, buscando integrar a ampla participação militante que construiu nossas campanhas.

* * *

=====

ANEXOS:

Contribuições para o debate estratégico

1. Contribuição sobre políticas democrático-populares de Segurança Pública, por Inês Simon

Diante do recrudescimento do fascismo, especialmente instalado dentro das forças policiais, mais que nunca a DS e o PT necessitam se debruçar sobre esta temática. É preciso acelerar a mudança do paradigma patrimonialista autoritário de Segurança Pública que viola direitos de cidadania de segmentos tradicionalmente massacrados pelo capitalismo neoliberal patriarcalista e racista, quais sejam, o povo negro periférico, as mulheres, população LGBTQI+, povos originários e tradicionais, para uma Segurança pública

humanista e cidadã, sob controle do Estado e da sociedade. Neste sentido, destacamos para este período imediato da transição:

1) que o PT apoie e contribua com o fortalecimento da organização partidária de policiais antifascistas.

2) que o PT apoie e fortaleça institucionalmente os Núcleos Antifascistas do Setorial de Segurança Pública, nos estados e municípios.

3) avançar na elaboração da criação de mecanismos que garantam o controle Estatal e social das ações das polícias, para que os governos progressistas não permaneçam "reféns" de "comandos fascistas" ou tradicionalmente autoritários nas corporações policiais.

- apoiar a reedição do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, já anunciado pelo Lula). São ações transeitoriais e integradas entre os entes federados com foco nos territórios conflagrados pela violência, com olhar prioritário sobre a juventude negra vitimada bem como na formação e ação humanista das polícias, além de mecanismos de participação e controle social sobre a Segurança Pública. Destaca-se a instalação dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) municipais e estaduais para comando das ações de Segurança Pública Cidadã.

2. Contribuição sobre Economia Solidária e Programa de Transição para o Brasil, por Ubiratan de Souza, Helena Bonumá, Ary Morais, Quener Chaves e Edson Pilati

O caráter da revolução democrática deve ser socialista, baseado em um programa de transição e tendo como um dos seus eixos estruturantes uma economia de transição.

Neste sentido, a economia de transição deve ser fundada no fortalecimento do papel estratégico das estatais e das ações de fomento econômico do estado, do setor produtivo privado e de um eixo também estratégico estruturante da economia popular e solidária, ocupando espaço na indústria, no setor de serviços, e na economia 4.0, na área ambiental, na economia dos cuidados e nos trabalhos necessários para a reprodução ampliada da vida, no desenvolvimento local e territorial. Igualmente, deve retomar e qualificar as ações de fomento ao cooperativismo solidário urbano, ao cooperativismo da agricultura familiar e da reforma agrária, de modo a assumir um protagonismo crescente.

A estruturação de cooperativas e redes de empreendimentos coletivos de trabalhadores, de empresas mistas e de empresas de propriedade social, com fomento e ou participação do Estado (a exemplo da experiência Chilena no governo Allende), com políticas de fomento para organizar econômica e politicamente a população, gerando trabalho e renda, e fortalecendo uma base econômica popular, e solidária, com sustentabilidade e

capacidade produtiva, com o fortalecimento da autogestão solidária, com trabalhadores/as cooperados, associados, se tornando essencial.

Nesse sentido, pensar o Estado como papel indutor do desenvolvimento sustentável, qualificando sua capacidade de planejamento e fomento de metodologias de planejamento e orçamento participativo com abordagem territorial, visando atender aos novos paradigmas e práticas de desenvolvimento econômico, inclusivo, soberano, territorial, sustentável e solidário. Nesse aspecto, organizar o desenvolvimento no âmbito dos territórios é importante estratégia indutora de desenvolvimento que considera o Território como unidade básica para a formulação, implantação, integração e avaliação de políticas públicas.

Com isso, somado a um processo de democracia participativa, se reforçam as políticas públicas de fortalecimento das estratégias de desenvolvimento local com a economia popular e solidária para organização de uma massa popular excluída pelo capitalismo, organizada de forma autogestionária, integrando a base de construção de uma economia social, sustentável e solidária na reconstrução e transformação do Brasil.

3. Contribuição sobre Mudanças Climáticas e Colapso Ambiental, por Edmilton e Tosato

Urge trazeremos para as esferas decisórias o enfrentamento às mudanças climáticas, o colapso ambiental do planeta e do Brasil e a promoção da justiça ambiental, buscando transversalizar esse conjunto de temas sobre todas as áreas econômicas e sociais do País.

São mais que suficientes os elementos disponibilizados pelo IPCC, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que não deixam dúvidas sobre a necessidade emergencial de mudança radical nos modelos de desenvolvimento hegemônicos e sua relação direta com a concentração de renda, promoção da pobreza e fome. Devemos pautar a justiça ambiental para garantir qualidade de vida para a maioria e cuidar para que os impactos das mudanças necessárias na matriz energética não recaiam sobre os trabalhadores.

É necessário contestar os atuais modelos de produção e consumo, mas principalmente enfrentar a geração majoritária das emissões dos gases do efeito estufa no Brasil, especialmente promovida pelo agronegócio predatório, desmatamentos, queimadas, pecuária e fertilizantes sintéticos. O Brasil com seus ricos biomas, biodiversidade e oferta de água doce tem tudo para ser um importante destaque na liderança desse monumental esforço. Amazônia, semiárido e ambientes costeiros são centrais nessa temática, afetam sobremaneira o Brasil. Isso não deve ficar restrito aos especialistas em meio ambiente, pelo contrário é tarefa de todos, todas e todes, a DS deve assumir importante papel nessa direção.

MOÇÃO DE REPÚDIO

A Democracia Socialista repudia as ameaças e perseguições que as vereadoras e vereadores de partidos de esquerda estão sofrendo por denunciar os atos antidemocráticos que ocorrem em todo o país.

Destacamos o caso da vereadora petista Maria Tereza Capra, da cidade de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina. A parlamentar cobrou investigações sobre o gesto de saudação nazista feita em atos antidemocráticos, realizados por bolsonaristas.

Como reação da extrema-direita, Maria Tereza, além de ter um pedido de cassação do seu mandato aberto na Câmara, teve sua casa atacada e passou a receber ameaças de morte. Esses fatos forçaram a parlamentar a deixar a cidade com a família para poder sobreviver.

Essa combinação das práticas da extrema-direita e do machismo estrutural da sociedade faz com que as mulheres, sobretudo as que ocupam espaços políticos, se tornem alvos permanentes de todo o tipo de ataque à honra, à integridade física e até mesmo à própria vida e de familiares.

O golpismo financiado por grandes grupos gera um caos proposital, que visa desestabilizar o sistema democrático brasileiro. Por isso, exigimos das autoridades locais, estaduais e nacionais todas as formas de investigação e punição para todos e todas que estão cometendo estes crimes.

Democracia Socialista

São Paulo, 19 de novembro de 2022.